

A ecologia política e a avaliação de políticas públicas: reexplorando o caso de Tatajuba, Ceará

The political ecology and the evaluation of public policies:
exploring once again the case of Tatajuba, Ceará

L'écologie politique et l'évaluation des politiques publiques:
le cas de Tatajuba, Ceará, reexploré

La ecología política y la evaluación de las políticas públicas:
reexplorando el caso Tatajuba, Ceará

*Potyguara Alencar dos Santos**

Resumo: Ao artigo interessa propor uma interface metodológica entre a ecologia política, o método etnográfico e a avaliação de políticas públicas. Como articular uma conversação metodológica interdisciplinar entre os estudos sobre problemáticas socioambientais costeiras, a pesquisa de campo intensiva e a análise de agendas desenvolvimentistas nacionais/regionais? Aduz-se a hipótese de que os estudos em ecologia política, que tentam acompanhar as interações entre populações humanas e ambientes biofísicos específicos, poderiam ser uma terceira proposta de conhecimento a entrar em diálogo com as pesquisas que articulam a análise etnográfica e a avaliação de políticas públicas. Em vista de pensar essa interface, propõe-se a análise situacional dos relatos etnográficos de uma assembleia promovida pela Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA), evento político propício à reflexão sobre as ações político-ecológicas do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRO-DETUR/NE) na macrorregião onde se localiza aquela comunidade marítima.

Palavras-Chave: ecologia política; método etnográfico; políticas públicas; programas de desenvolvimento; comunidades marítimas.

Abstract: The article interests to propose a methodological interface between political ecology, the ethnographic method and evaluation of public policies. How to articulate a methodological interdisciplinary conversation between the social and environmental studies on coastal issues, intensive field research and analysis of national/regional agendas of development? The article shows the hypothesis that the studies in political ecology, which keep track of the interactions between human populations and specific biophysical environments, could be a third proposal of knowledge to enter into dialogue with studies that articulate the ethnographic analysis and evaluation of public policies. In order to think this interface, we propose a situational analysis of ethnographic accounts of a meeting sponsored by Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA), political event conducive to reflection on the political ecological actions of the Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PODETUR/NE) in macro-region where that is located the maritime community.

Keywords: political ecology; ethnographic method; public policies and development programs; maritime communities

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Pesquisador do Laboratório de Estudos da Globalização e do Desenvolvimento (LEG). E-mail: potyguara.alencar@gmail.com

Introdução Qual a relevância de uma disciplina como a ecologia política, e o seu apelo à pesquisa etnográfica, tal como abordada por Little (2006), na participação de uma interface com a avaliação de políticas públicas? E como o recurso metodológico da etnografia, este pensado como uma etapa sequencial à “análise de conteúdo e trajetórias institucionais de políticas e/ou programas” (Rodrigues, 2011, p.1), pode produzir essa mediação entre métodos?

Dando uso à proposta de Rodrigues (2011) de aproximar o método etnográfico da avaliação de políticas e programas de governo, o artigo procura desenvolver dois objetivos: [i.] propor uma conversaçãõ entre a etnografia – à maneira como é trabalhada pelos ecologistas políticos – e o processo de avaliação de políticas públicas; e [ii.] pensar, se servindo dessa aproximação metodológica interdisciplinar, a atuação de determinadas agendas desenvolvimentistas em ambientes biofísicos costeiros através dos projetos de infraestrutura de grande escala (PGE) do setor de turismo. Como conteúdo analisado, reexplora-se o caso do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste II (PRODETUR/NE), pensando a sua atuação na macrorregião costeira onde se localiza a comunidade marítima de Tatajuba, que está situada a 365 km de Fortaleza, Ceará¹.

Como aborda Little (2006), a ecologia política, esse campo disciplinar herdeiro de divisões e imbricações de tradições das ciências biológicas e sociais – como a ecologia cultural e os estudos de sistemas socioadaptativos abordados por Steward (1955) e Moran (1990) –, se propõe a produzir um mapeamento político-discursivo dos usos de ambientes biofísicos específicos, pensando as interações entre sociedades humanas, recursos naturais bióticos e abióticos disponíveis e iniciativas político-empresariais de gerenciamento de territorialidades.

O emprego da ecologia política por pesquisadores brasileiros de diversas áre-

as tem sido notável, por exemplo, na avaliação dos impactos de políticas públicas nas relações de trabalho da pesca tradicional marítima, algo abordado na tese de Lobão (2006), na discussão das políticas de administração de reservas extrativistas onde vivem populações humanas (grupos étnicos e populações tradicionais), a exemplo da tese de Simões (2010), e nas práticas de etnomapeamento e produção de diagnósticos ambientais produzidos pelo pacto que visa integrar iniciativas de Estado e populações ameríndias amazônicas; tema trabalhado por Correia (2007), entre outros.

Em todos os usos da ecologia política, como faz observar Little (2006), a prática etnográfica sobressai na condição de um campo metodológico capaz de explorar as respostas socioadaptativas de determinadas populações humanas a mudanças ambientais, pensando, através dessas respostas, as relações locais de poder implicadas na implantação de políticas e programas de gerenciamento de recursos naturais.

Na intenção de fazer uso dos recursos analíticos da ecologia política, relacionando os seus conteúdos com o método etnográfico – mais especificamente, com o método situacional trabalhado por Gluckman (2009) –, explora-se o relato etnográfico produzido em uma reunião promovida pela Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA), administrada pelos moradores da comunidade marítima de Tatajuba, Ceará²; evento do qual o autor presenciou e participou na tarde do dia 23 de dezembro de 2010³.

Os conteúdos do relato acercam temas como a participação política dos atores locais no processo de gerenciamento de patrimônios fundiários, suas opiniões acerca dos usos do socioterritório onde se assenta a vila de Tatajuba e as representações e vocativos êmicos aplicados às formações geomorfológicas e paisagísticas da região: campos de dunas, mangues, matas de transição etc. Sobre a ocasião da reunião, destaca-se o

fato de que alguns membros da Associação Comunitária dos Moradores de Tatabuba (ACOMOTA) construíram um modelo de etnomapa (Sztutman, 2006)⁴ sobre um traçado cartográfico oficial produzido pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) e a empresa Brazil Hospitality Group (BHG)⁵, que se afirma proprietária dos 5.275 hectares onde se assenta a comunidade marítima de Tatabuba. O caso da construção do etnomapa será particularmente importante à discussão de como os recursos socioambientais são representados e mobilizados de forma conflitiva entre populações locais e iniciativas público-privadas na expansão dos projetos de desenvolvimento do turismo, e como esses recursos são relidos no ato de construção dessa cartografia socioambiental.

Programáticas desenvolvimentistas, ambientes biofísicos e atores políticos: temas metodológicos em conversação

A proposta ressaltada pelo artigo procura envolver conversações entre as metodologias de avaliação de políticas públicas, à maneira como são lidas pelas abordagens atuais de Rodrigues (2008, 2011), e a ecologia política discutida por Little (2006), que teoriza sobre o potencial etnográfico desse campo disciplinar.

Dentro dessa proposta, o desenvolvimento das ideias de Rodrigues (2012) vem sendo particularmente importantes na iniciativa de aproximar conhecimento antropológico, através do método etnográfico, das análises das produções textuais e de resultados sociais de políticas e programas governamentais. Assim, o emprego de uma visão analítica própria da antropologia vem sendo trabalhada a partir da proposta que vem sendo tratada em termos de uma avaliação em profundidade, que no processo da aprecia-

ção de programáticas políticas partiria de quatro eixos de análise:

conteúdo da política e/ou do programa, contemplando sua formulação, bases conceituais e coerência interna; trajetória institucional; espectro temporal e territorial abarcado pela política ou programa e análise de contexto de formulação dos mesmos. (grifo meu) (Rodrigues, 2008, p.1)

Uma proposta avaliativa profunda de determinadas programáticas políticas se ancoraria, portanto, numa orientação de base antropológico-interpretativa, quando propõe sejam explorados "os significados da política para os que as formulam, executam ou vivenciam" (grifo meu) (Rodrigues, 2011, p.3). Logo, uma avaliação profunda seria aquela que desafia a capacidade de "ser ao mesmo tempo extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional, o que exigiria uma abordagem multi e interdisciplinar" (2011, p.2). Nada mais conveniente ao propósito do artigo do que a veiculação de uma conversação interdisciplinar, dado que a proposta aqui definida é a de expandir a ecologia política em direção à metodologia de avaliação em profundidade proposta por Rodrigues (2008).

Na tradição da ecologia política dos estudos de interface entre sociedades humanas e ambientes biofísicos, a principal característica empregada na disciplina por seus pesquisadores vem sendo construído como um

campo de pesquisa que combina o foco da ecologia humana nas inter-relações que sociedades humanas mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos com conceitos da economia política, que analisa as relações estruturais de poder entre essas sociedades. (Little, 2006, p.2)

E em especial, a ecologia política empregada no exercício da pesquisa etnográfica a partir de contextos socioambientais vem sendo notável pela sua capacidade de ajudar

na análise dos modos culturalmente específicos de adaptação ecológica de distintos grupos sociais – os sistemas produtivos e tecnologias que empregam, os recursos naturais que exploram e as ideologias que utilizam para justificar seu modo de adaptação e as reivindicações territoriais que defendem – e da interação dinâmica e conflituosa provocada pelo choque entre esses modos de adaptação. (Little, 2006, p.3)

Outras subáreas poderiam ser discutidas aqui, como a proposta de uma *post-structuralist political ecology* pensada por Escobar (1993), ou o método da *historial ecology* trazida por Ballé e Erickson (2006). De todo modo, é a ideia de uma “ecologia política como método etnográfico” (Little, 2006, p.1) que melhor responde ao propósito de analisar o relato de um ambiente político da vila de Tatajuba, no Ceará, e dessa forma pensar os recortes discursivos e práticos que constroem noções socioambientais que dão forma ao campo relacional produzido dentro dessas “complexas redes de interesses que existem dentro e ao redor dos projetos” (Ribeiro, 2008, p.111).

Em caso particular, o método empregado na lida com os dados etnográficos trazidos pelo artigo foi o método situacional produzido por Gluckman (2009). O método situacional se orienta a produzir, a partir de eventos sociais localizados (como um cerimonial cívico, uma reunião de interesse político ou uma celebração festiva, por exemplo), uma leitura etnográfica de contextos sociais de forma mais extensiva, sempre pensando que a partir do relato de um caso específico podemos fazer asserções interpretativas sobre um “contexto estrutural mais amplo” (Gluckman, 2009, p.324).

No caso da análise dos dados trazidos neste artigo, acredita-se que o relato etnográfico de uma reunião promovida pela Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA) pode nos situar numa perspectiva que vai dos acontecimentos mais localizados às re-

percussões mais globais, reconstruindo determinadas relações conflitivas entre os grupos e as suas visões administrativas sobre os ambientes biofísicos costeiros.

As trajetórias do PRODETUR na costa extremo-oeste do Ceará

O Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NE) surgiu em 1994, após uma avaliação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que apontou o turismo como uma atividade competitiva do Nordeste. Segundo a agência financiadora, o Nordeste apresenta “recursos cênicos e culturais significativos, além de mão de obra em abundância e com custos relativamente baixos”⁶. Para iniciar ações afirmativas na região, o BNDES criou, em 1994, o Programa Nordeste Competitivo (PNC), que logo em seguida recebeu apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O conjunto das parcerias incentivadas pelo BNDES contou, ao final, com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Banco do Nordeste (BNB), os estados da região Nordeste e o então Ministério dos Esportes e Turismo.

Em caso particular, o PRODETUR/NE II é uma política de concessão de recursos para investimentos em turismo, formada por um conglomerado de agências financiadoras, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Cooperação Andina de Fomento (CAF) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Em termos aproximados, calcula-se que, desde o ano de criação do PRODETUR Nacional, já foram investidos, só no litoral cearense, quase R\$ 580 milhões em infraestrutura básica para o turismo: construção de rodovias estaduais e aeroportos, requalificação de regiões costeiras localizadas em grandes centros urbanos, implantação de planos diretores municipais, manutenção de acervo patrimonial e histórico, regula-

rização de Áreas de Proteção Permanente (APP's) e Áreas de Proteção Ambiental (APA's), mapeamento por ortofotocartas de regiões costeiras, entre outros investimentos. Apenas no litoral onde se localiza o município de Camocim, do qual faz parte a vila de Tatajuba, os investimentos já somam mais de R\$ 200 milhões; estando previstos mais R\$ 270 milhões para o ano de 2011⁷.

Como concluído num dos seus artigos, Rodrigues (2009) faz observar pontos contraditórios entre alguns usos terminológicos do Plano Nacional de Turismo (PNT-2007/2010)⁸, documento que embasa as ações regionais do PRODETUR/NE⁹, quando ora traz as noções de "preservação cultural" e "desenvolvimento sustentável" e ora emprega termos como "desenvolvimento turístico", "populações afetadas pelo turismo" etc. Outros pesquisadores do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (MAPP/UFC) procuraram avaliar o programa a partir dos seus paradoxos discursivos, a exemplo das pesquisas de Porto (2008).

No contexto da vila de Tatajuba, o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste II (PRODETUR/NE) vem concentrando suas ações basicamente na construção de rodovias que facilitam o acesso à vila – a exemplo da rodovia estadual que liga Granja ao distrito de Parazinho, uma das regiões distritais mais próximas de Tatajuba –, na promoção de cursos de formação de pequenos empresários do setor de turismo promovidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio ao Micro e Pequeno Empresário (SEBRAE), em 2009, no mapeamento por ortofotocartas da região e na facilitação fiscal para o licenciamento de territórios de dunas para a instalação de aerogeradores de energia eólica. Todas essas ações correspondem ao montante de investimentos previstos pelo PRODETUR/NE na infraestrutura local.

Etnografando ambientes políticos via análise situacional

O relato etnográfico aqui apresenta-

do aborda uma reunião ocorrida no dia 23 de dezembro de 2010, às 15h30, na sede da Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA), localizada na vila de Tatajuba, Ceará. Na ocasião, estavam presentes cerca de 20 associados, dentre eles o presidente e o tesoureiro da Associação, além do próprio pesquisador que produziu o relato do evento.

O presidente da ACOMOTA, João Batista, conhecido na vila pelo apelido de Tita, começa expondo alguns pontos de pauta que seriam abordados naquele dia. Dentre eles constavam a reforma da sede da associação, esta prevista para o começo do ano de 2011¹⁰, e a consulta aos associados sobre a proporção territorial que se iria reivindicar judicialmente das posses da empresa Brazil Hospitality Group (BHG); isto é, os associados teriam que indicar naquela ocasião qual seria a dimensão territorial dos 5.375 hectares registrados pela empresa BHG que deveriam ser apontadas como territórios pertencentes aos moradores da vila.

Algumas horas antes da reunião, o presidente, o tesoureiro e dois outros associados da ACOMOTA haviam se utilizado de uma pequena carta geográfica produzida pelo Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) para produzir, a partir desse mapa oficial, outra carta, essa a ser desenhada em três folhas de cartolinas brancas pintadas a lápis de cera. A carta do IDACE foi expedida em 2006, após um processo de cadastramento dos patrimônios fundiários das famílias residentes na vila, que localizou e cadastrou 123 lotes de terras. Na época, o processo de cadastramento dos patrimônios foi interpretado pelos moradores como uma ação incentivada pela empresa Brazil Hospitality Group (BHG) junto ao órgão do governo estadual; já que a empresa era a principal interessada em certificar a sua situação de titulação legal frente às demais propriedades dos habitantes da vila, que não eram (e ainda não são) titulares cartoriais dos lotes de terras onde as suas residências estão assentadas.

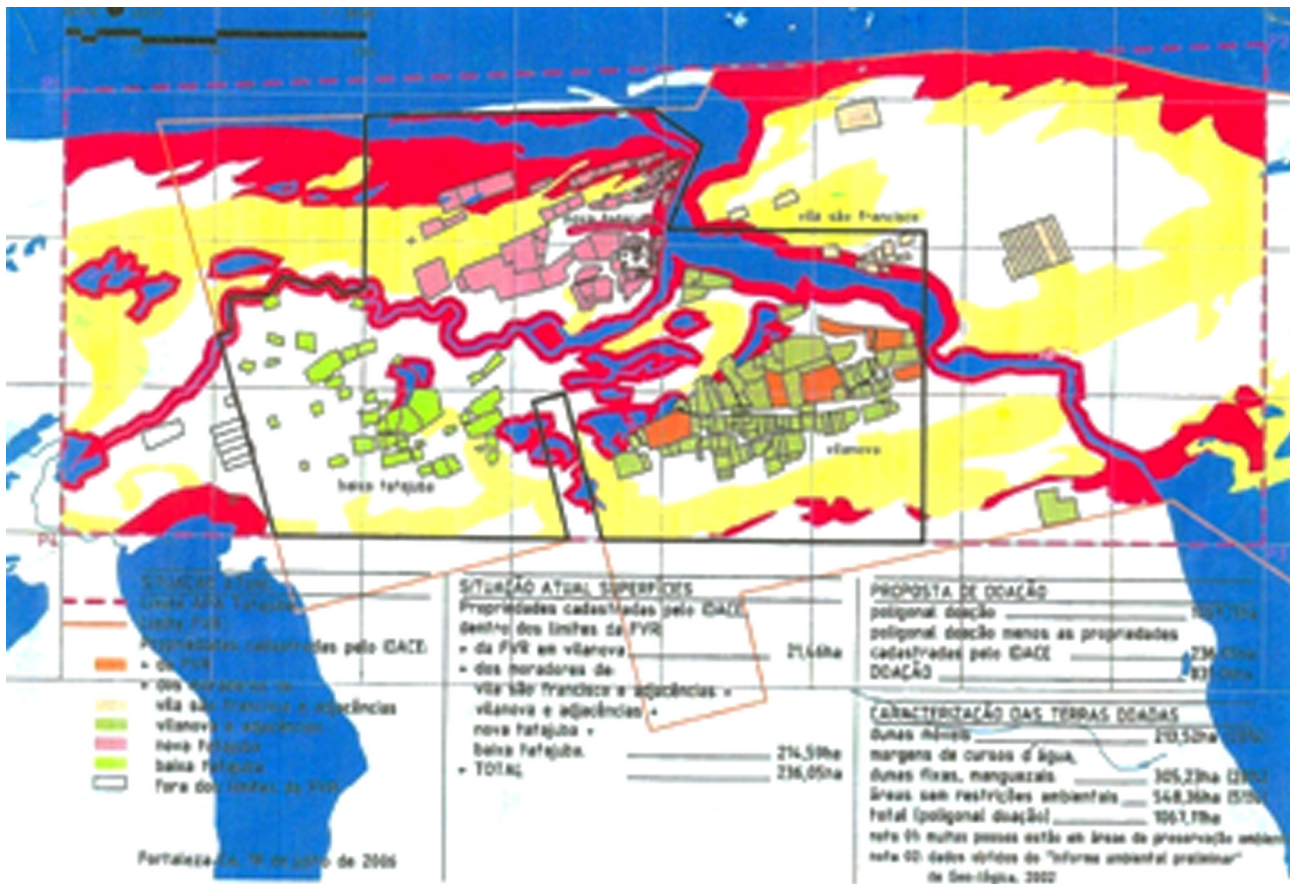


FIGURA 1

Detalhe da carta oficial atribuída ao Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), na qual os associados da ACOMOTA se basearam para produzir o etnomapa. Os loteamentos cadastrados pelo IDACE estão marcados de verde, rosa e laranja. A cópia da carta foi cedida ao pesquisador pela própria ACOMOTA.

O mapa oficial, com todas as suas convenções cartográficas técnicas – tamanho e formato dos terrenos, altitude dos relevos e indicações físicas da existência de construções civis (pontes, caixa-d'água, igreja, grupo escolar etc.) –, foi redesenhada pelos associados, tomando a forma de um *etnomapa*; que longe de ter as indicações de agrimensuração técnica, convenções escalares trazia, por outro lado, os nomes dos acidentes geográficos da região, das pequenas localidades vizinhas e das matas, dos braços de mar e suas reentrâncias na terra, entre outros.

O que se percebe dessas duas formas de configurações cartográficas – a oficial e a “nativa” –, com as suas indicações de *móveis* e *fluxos* geográficos, para relacionar os conceitos de Santos (2006), foram dois modos de representação da espacialidade do ambiente biofísico cos-

teiro e da sua ocupação humana: o traçado oficial privilegia simplesmente a demarcação e delimitação física de terrenos e suas localizações dentro de um espaço geográfico que é recortado em escalas, já o traçado produzido pelos associados privilegia os nomes das paisagens, os desenhos biofísicos das interações entre sistemas ecológicos da terra e do mar, as localizações das matas, entre outros. Essa oposição entre sistemas de representação geográfica também expressa uma diferença entre o sistema classificatório oficial e as *toponímias*, que, como esclarece Sousa (2007, p.90), são “os processos de nomeação dos acidentes físicos e humanos” empregados por populações locais.

O mapa produzido pelos associados foi apresentado no começo da reunião. Tita, o presidente da ACOMOTA, aponta no etnomapa todos os pontos que tan-

genciam os limites da propriedade da empresa, tratando com muita precisão quais são as localidades e recursos ambientais que eles abrangem. Os hectares reivindicados pelo grupo BHG, segundo a sua descrição, vão da praia da vila de *Guriú*, descendo ao sul rumo às matas do *Córrego* – que são duas comunidades vizinhas a *Tatajuba* –, contornando o chamado *Lago Grande*, chegando à vila de *Tatajuba* e voltando ao litoral no limite do coqueiro do *Abêncio*; planta localizada à beira-mar, que, segundo os moradores foi cultivada por um dos primeiros habitantes da localidade.

Os participantes da reunião começaram a discutir sobre a importância de garantir parcial ou plenamente as terras hoje registradas no nome da empresa. Alguns associados falam de uma necessidade de garantir a totalidade das terras aos moradores da vila – ou seja, nenhum hectare deveria pertencer ao grupo empresarial –, já outro número de pessoas, em menor quantidade, falava da possibilidade de divisão do território, concebendo a ideia que metade dos hectares pertenceria aos “nativos” e metade ficaria com a empresa; argumentando-se que a localidade não iria crescer tanto, por isso não se precisaria de tantos hectares. Os que defendiam as terras na sua totalidade “para os nativos” (*sic*), explicavam da importância das “matas do sertão” – ou seja, das matas de transição que contornam a zona litorânea de *Tatajuba*. Essas matas, segundo eles, seriam de extrema importância para os moradores que plantam roças (cultivo de leguminosas e tubérculos que são aproveitados na refeição familiar e na alimentação dos animais). Outros que partem dessa mesma defesa apontam os riscos que existiram em “entregar as terras para a empresa”, dado que ela poderia fechar, pelo litoral, os acessos que os turistas vindos de *Jijoca de Jericoacoara* têm a *Lagoa da Torta*, ponto comercial turístico gerenciado pelos moradores da vila.

Durante as discussões, vários dos

associados levantaram-se das suas cadeiras e foram até o mapa da Associação que estava afixado na parede. Muitos tentaram explicar o porquê de preservar determinado trecho de praia, assim como da necessidade de avisar aos moradores das vilas próximas da importância de se aliarem na defesa da terra. Outros apontam lugares onde a empresa estaria levantando cercas, ação que, segundo o informante, não era conhecida pelos moradores da comunidade de *Córrego*, por exemplo, que ficava às margens desse processo de avançamento ilegal da propriedade do grupo para o “sertão”; ou seja, do litoral em direção ao interior da região.

Do conjunto daquelas falas, em que as *toponímias* locais (Souza, 2007) eram trazidas, o pesquisador começa a conhecer com mais clareza tanto a geografia local, nos termos êmicos como é tratada pelos seus próprios habitantes desde a instauração da conflitiva fundiária, assim também como das posições individuais que se afiguram por trás daquelas falas que, de opiniões divididas, estão em defender parcial ou plenamente o território da vila frente ao grupo empresarial.

Assentada no centro de um campo de dunas fixas, a vila, na sua configuração espacial atual, tem seus habitantes distribuídos entre três pequenos núcleos populacionais: as populações que vivem à margem esquerda da *camboa* – categoria local que designa o fluxo de marés que adentra o continente circulando o território da vila –, as populações “das matas”, como são chamados os habitantes que moram afastados da zona de preamar, e plantam roçados de leguminosas e tubérculos em regiões de um mata de transição entre o planalto sedimentar das serras úmidas cearenses e a caatinga, e por fim, as populações “das baixas”, que vivem numa região de relevo pouco acidentado e propício ao pastoreio junto da faixa litorânea. Na ocasião, a defesa do território observou a localização de cada um dos indivíduos a partir das suas inserções nesse ou naquele ambiente bio-

físico, assim como foi avaliado o significado socioeconômico que eles apresentam para cada um dos moradores presentes no instante daquela reunião.

Embora se pense que 5.275 hectares é uma extensão territorial superior ao que seria suficiente para prover as necessidades de usos pelos 1200 habitantes da vila¹¹, a conclusão que se chega, após a definição feita pelos seus habitantes dos modos particulares de apropriação econômica do território, é que mesmo dentro dessa grande área, as atividades desenvolvidas são diversas e complementares.

Para exemplificar a diversidade desses sistemas ecológicos e os seus usos, e como as relações de trabalho se articulam dentro deles, poderia se mencionar, por exemplo, a relação entre *donos de cabeças de gados* e *vaqueiros campeadores* da vila.

Entre os poucos donos de cabeças de gado da vila – que não trabalham na lida com o animal em campo aberto – e os vaqueiros-campeadores há uma relação de prestação de honras de benefícios que poderia ser analisada a partir de uma sociologia das trocas. Quando algum proprietário tem apenas uma cabeça de gado e precisa dos serviços do vaqueiro-campeador para cuidar do animal (procurando o melhor pasto, cuidando da sua saúde, ordenhando etc.), ele oferece 1/4 da carne do gado ao vaqueiro; caso o animal venha a gerar crias, 2/4 da carne são lhe reservados, e ainda se o animal gera mais uma novilha, 3/4 do animal passam a lhe pertencer. A proporção de serviços e “pagamentos” chega ao seguinte resultado: a cada quatro cabeças de gado que o vaqueiro-campeador cuida de qualquer proprietário natural da vila, uma cabeça de gado lhe pertence em recompensa dos seus serviços. Desse modo, o assalariamento do vaqueiro-campeador é substituído por uma moeda comum, as cabeças de gado, o que faz do vaqueiro também um proprietário, e não só um mero servidor. Um fato que pode ser destacado desse esquema distributivo de serviços e produtos é que o dono das cabeças de

gado e o vaqueiro geralmente não trabalham nas mesmas atividades: o primeiro pode ser afeito à lida com a pesca marítima, por exemplo, tendo a criação de gado como uma renda que exceda aos lucros advindos da pesca, na mesma proporção que o segundo pode ter seu nexos monetário apenas ligado ao pastoreio. O primeiro deles precisa do território marítimo – do mar alto e da *camboa* –, o segundo precisa das “baixas”, terreno mais ou menos plano propício à criação dos animais, mas ambos complementam e relacionam suas atividades quando essas trocas se operam.

Continuando a reunião, e após um tempo de diálogo entre os associados, um voto por maioria simples, algo proposto pelo presidente da associação, decidiu que as marcações territoriais que definiriam o perímetro defendido pela Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA) iriam, pela costa, da fronteira com o distrito de *Guriú*, a leste, descendo para o *Lago Grande*, entrando pelo continente 6 km e voltando à costa na altura do *Coqueiro do Abêncio*. Segundo Tita, essa demarcação contemplaria as observações de todos os associados presentes. O próximo encaminhamento seria levar essa decisão para o advogado representante da ACOMOTA¹², profissional cedido pelo Instituto Terramar, que presta assessoria jurídica à instituição desde 2001, quando do início do conflito.

Da ecologia política à avaliação de políticas públicas

Voltar-se à ecologia política buscando aproximá-la da avaliação de políticas públicas responde à necessidade de apresentarmos metodologias que fortaleçam a capacidade de abordagem dos efeitos das interações entre as populações locais e a própria *governança pública* de uma maneira geral, essa rede que Heidrmann (2010) define como sendo formada pelo Estado, a iniciativa privada e o terceiro setor.

Um campo interdisciplinar metodológico como esse procuraria dar respostas ao fenômeno que alguns pesquisadores vêm tratando em termos de uma “ambientalização” dos conflitos sociais” (Lopes, 2004, p.11). Algo que é refletido com a emergência, cada vez mais explícita, da reivindicação de direitos fundiários em zonas de APA’s (Áreas de Proteção Ambiental) e APP’s (Áreas de Proteção Permanente) por populações tradicionais e grupos étnicos, a referência de uma marca de sustentabilidade às identidades laborais de determinados grupos tradicionais, como as quebradeiras de coco, os seringueiros, as marisqueiras, os faxinalenses e os pomeranos, por exemplo, e também a reivindicação de políticas voltadas ao benefício dos seus representantes.

Se é da ordem da ecologia política pensar as relações entre as sociedades humanas e os ambientes biofísicos onde habitam, analisando, também, os usos dos recursos aí gerenciados por parte das iniciativas de mercado, então as políticas públicas poderiam ser avaliadas por esse método a partir dos problemas de implementação das suas ações. A tomar a ideia de Heidermann (2010), a implementação pode ser concebida como

um esforço para se obter cooperação entre as pessoas incumbidas de promovê-la, e não meramente como um desafio gerencial para proporcionar as melhores condições de comunicação entre estas pessoas; a cooperação pressupõe uma abordagem decisória da natureza participativa e dialógica, e não apenas uma abordagem gerencial da eficácia comunicativa. (2010, p.37)

No caso do relato etnográfico aqui detalhado, que aborda uma situação de decision making (Tavares, 1975; Nicholson, 1994) de uma associação comunitária de moradores que discute o gerenciamento territorial da sua vila, o que se procurou privilegiar foi a participação dessas populações num processo decisório que,

por acontecer em contextos multiesca- lares de governança, costuma relevar as demandas locais.

A partir da sua pesquisa na então vila Icapuí, no Ceará, e de leituras e revisões de alguns autores que debatem o tema, Tavares (1975) trata da decision making como sendo uma situação em que

estão envolvidos problemas de alocação de recursos (não necessariamente econômicos) e da responsabilidade e representatividade, ou seja, problemas relativos à escolha de indivíduos que representem o grupo e que no processamento das situações levem em conta os interesses de todos os elementos que o compõem. (Tavares, 1975, p.70)

Já outros autores, como Nicholson (1994), preferem pensar a instituição da *decision making* a partir da sua relevância ritual, encontrando nela um campo agonístico em que posições políticas podem ser verificadas a partir das expressividades corporais e orais dos indivíduos que participam desses eventos públicos.

A possibilidade de conhecer, através da pesquisa de campo intensiva, os modos de representação dos recursos naturais, as maneiras como são classificados e a importância que desempenham na vida dessas comunidades, conclui um projeto de Rodrigues (2008, p.3) de chegar a “uma compreensão aprofundada da dinâmica sociocultural das populações ora residentes nessas localidades de forma que se possa acompanhar as mudanças ocasionadas com a implementação de tais políticas”. Passe-se, portanto, de uma “avaliação de trajetória de uma política” (Rodrigues, 2011, p.55), em que se privilegia o campo discursivo dos programas, para uma análise dos resultados factuais que expressam a recepção dessas populações às iniciativas político-empresariais sobre os seus territórios.

Um processo de decision making por parte dos moradores da vila, quando partem para decidir qual a proporção

de terras a serem judicialmente reivindicadas ao direito dos habitantes da vila, demonstra uma necessidade de dar privilégios aos pequenos campos decisórios onde são refletidas as iniciativas do grande setor de governança e de mercado.

Apreende-se da análise do etnomapa, por exemplo, que o grande campo de uma conflitiva pode também sair do palco das interações face a face entre grupos ligados ao consórcio Estado-empresas e os representantes locais, para uma conflitiva terminológica, em que as simbologias textuais são repensadas para logo mais serem substituídas: do mapa oficial expedido pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (IPECE), os moradores destacaram as convenções cartográficas que não os identificavam na condição de "residentes" na região, e substituíram essas convenções pelas toponímias adotadas pelos próprios moradores. Vazios de territórios que não ganhavam nenhuma denominação na carta oficial foram preenchidos na carta "oficiosa" por terminologias como: Cai-Cai, Morro Tremembé, Coqueiro do Abêncio, Lago da Torta, Camboa etc.

Todas as toponímias, quando assinaladas no mapa desenhado por alguns associados da ACOMOTA, refletem, por parte da atitude do grupo, uma necessidade de marcar alguns domínios simbólicos dentro daquele sistema de representação, além de demonstrar o nível de engajamento com que eles se inserem dentro da conflitiva política e territorial discutida na ocasião da formação daquele ambiente político de decisão.

A sobrecodificação da toponímia oficial – dos códigos da carta expedida pelo Estado para o etnomapa – leva-nos ao entendimento de que os atores, ao proporem a mudança das convenções oficiais para os vocativos nativos – estão trazendo, para o plano da atuação política decisória, determinados campos de simbolização que

em verdade, trata-se de um *significado de "natureza"*, enquanto uma represen-

tação disposta num campo de disputas que (...) chama a atenção para uma construção social e um ato deliberado dos que se empenharam de maneira direta em extrativismos e cultivos agrícolas com unidades familiares, afirmando uma identidade coletiva. (grifo meu) (Almeida, 2008, p.20)

Com o novo mapa, onde todas as categorias êmicas encontram os seus correspondentes visuais cartográficos, os associados articulam um comunicação uns com os outros através dos desenhos em que as paisagens representadas não apenas são referentes imagéticos, mas, na verdade, expressão de um *território vital*, no dizer de Little (2002), que concebe um conceito de territorialidade

como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu "território" ou *homeland* (...) sentido de pertencimento a um lugar específico e profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva. (grifo do autor) (2002, p.3)

Chamar atenção para os códigos públicos (Geertz, 1989) de representação dos recursos naturais das populações costeiras, e vinculá-los aos seus usos nos ambientes políticos onde são negociadas decisões sobre o patrimônio fundiário, responde ao interesse de marcar a importância de encaixar a agência desses atores – no sentido político-participativo e simbólico – nos processos de desenvolvimento de programas políticos e ações do setor privado sobre os seus socioterritórios.

Uma avaliação de impacto, independentemente do sequenciamento das suas etapas, deveria levar em consideração a posição desses grupos no interior das problemáticas levantadas por essas políticas, assim também como as inserções e manejos simbólicos produzidos por eles

no enfrentamento e na ressignificação dos acontecimentos políticos cotidianos.

Considerações finais

É notável que pesquisadores do campo da avaliação de políticas públicas procuram empreender, com cada vez mais apelo, uma conversação atenta com o campo de recursos disponíveis pelo acesso de conhecimento antropológico; assim como é esperado que o desenvolvimento do caminho contrário também seja executado.

Em especial, a proposta aqui apresentada – qual seja a de aproximar os aportes da ecologia política ao processo avaliativo de políticas e programas de desenvolvimento – é concebida como um esforço que visa chamar atenção para pelo menos duas entradas analíticas: [i.] para

a importância do conhecimento desses significados da natureza (Almeida, 2008) despertados pelas populações de cujos ambientes biofísicos são atingidos pelos grandes projetos de desenvolvimento; [ii.] para a necessidade de avaliar essas programáticas políticas a partir de quem faz – observando, como avalia Gustavo (2008), as redes de desenvolvimento que se geram nos seu interior e nos entornos dos projetos – e onde é feito – produzindo uma leitura das transformações socioespaciais operadas em certos contextos, sempre a sublinhar as categorias locais que traduzem esses movimentos políticos sobre os mapas sociais. Embora com uma proposta incipiente, foi por essa orientação que o artigo procurou seguir.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Antropologia dos 'archivos' da Amazônia*. Rio de Janeiro: Ed. Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- BALÉE, William; ERICKSON, Clark. *Time and complexity in historical ecology: studies in neotropical low lands*. New York: Columbia University Press, 2006.
- CORREA, Cloude de Souza. *Etnomapeamento, etnozoneamento e diagnóstico etnoambiental: representações cartográficas e gestão territorial em terras indígenas do estado do Acre*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília, UnB, Brasília – DF.
- EESCOBAR, Arturo. Construction of nature: elements for a post-structuralist political Ecology. *Futures*, Illinois, Vol. 28, nº. 4, pp. 325-343, 1996.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.
- GLUCKMANN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p.237-364.
- HEIDERMAN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In. SALM, José Francisco; HEIDERMAN, F. G. (org.). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análises*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.
- LITTLE, Paul E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, vol.12, nº25, pp. 85-103, 2006.
- _____. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropológica*, Brasília, nº 322, pp 1-23, 2002.
- LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silva. *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento*. 2006. Tese (Doutorado em

Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília, UnB, Brasília – DF.

LOPES, José Sérgio Leite. A 'ambientalização' dos conflitos sociais. (2004), in LOPES, José Sérgio Leite et al (org.), A ambientalização dos conflitos sociais, Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.

MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

MORAN, Emilio F. The ecosystem approach in anthropology: from concept to practice. 1 ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1990.

NICHOLSON, Trish. Institution building: examining the fit between bureaucracies and indigenous systems. (1994), In. WRIGHT, Susan (org.), Anthropology of organizations, London/UK, Routledge.

PORTO, Luana Cavalcanti. "Políticas de turismo e território: paradoxos entre o Prodetur/Ne e o programa de regionalização do turismo". In: 1º Encontro Internacional sobre Gestão em Turismo (EIGTUR), Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil - 25 a 29 de março de 2008.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Empresas transnacionais: um grande projeto por dentro. São Paulo: Editora Marco Zero e ANPOCS, 1991.

_____. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. Novos Estudos, São Paulo, nº 80, março, p.109-125, 2008.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Antropologia e Políticas Públicas: incentivo ao turismo na costa extremo-oeste cearense e impactos sobre populações locais. Projeto de pesquisa. (Inédito), 2008a.

_____. "Diretrizes da Política Nacional de Turismo e impactos econômico-culturais sobre populações locais: Nas trilhas do Roteiro das Emoções (Jijoca de Jericoacoara, CE a Barreirinhas, MA)". In. Anais da XXXIII Reunião da ANPOCS, GT: Cultura, Economia e Política. Caxambu, 26 a 29 de outubro de 2009.

_____. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, João Pessoa, Nº 16, mar., pp.55-73, 2011.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SIMÕES, Eliane. O dilema das decisões populações humanas em parques: jogo compartilhado entre técnicos e residentes no núcleo Picinguagaba. 2010. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, Universidade de Campinas, UNICAMP, Campinas - SP.

STEWART, Julian H. Theory of culture change. 1 ed. Urbana: University of Illinois Press, 1955.

SOUSA, Alexandre Melo de. Pelos verdes mares bravios: a toponímia das praias do Ceará. Revista Philologus, Rio de Janeiro, v. 38, mar., p. 90-108, 2007.

SZTUTMAN, Marcio. Etnomapeamento: uma técnica robusta, barata e de fácil implementação para a gestão etnoambiental em terras indígenas. Acessado em: 15/11/2011. Disponível em: <http://www.ibcperu.org/doc/isis/6409.pdf>[Link].

TAVARES, Maria das G. de Pinho. Um estudo de tomada de decisão (decision making) na pesca artesanal. 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UnB, Brasília – DF.

Resumem: El artículo propone una interfaz metodológica entre la ecología política, el método etnográfico y la evaluación de las políticas públicas. ¿Cómo articular una conversación metodológica interdisciplinaria entre las ciencias sociales y ambientales en los problemas costeros, la investigación de campo intensivo y análisis de las agendas de desarrollo nacional y/o regional? La hipótesis es que que los estudios de la ecología política, el seguimiento de las interacciones entre las poblaciones humanas específicas y entornos biofísicos, podría ser una tercera propuesta de conocimiento para dialogar con los estudios que articulan el análisis etnográfico y la evaluación de políticas públicas. Buscando esta interfaz se propone un análisis de la situación de los relatos etnográficos de una reunión de la Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA), evento político propicio a la reflexión sobre las acciones político-ecológicas del Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PODETUR/NE) en la macro-región donde se encuentra la comunidad marítima.

Palabras clave: la ecología política, el método etnográfico, las políticas públicas y programas de desarrollo; las comunidades marítimas;

Résumé: L'article propose une interface de méthodologie entre l'écologie politique, la méthode ethnographique et l'évaluation des politiques publiques. Comment on peut articuler une conversation méthodologique interdisciplinaire entre les études sociales et environnementales sur les questions côtières, la recherche intensive sur le terrain et l'analyse des programmes de développement nationaux / régionaux? Nous présentons l'hypothèse que les études en écologie politique, qui essaye d'accompagner l'interaction entre les populations humaines et l'environnements biophysiques spécifiques, pourraient être un troisième élément de la connaissance à faire partie du dialogue avec les études qui articulent l'analyse ethnographique et l'évaluation des politiques publiques. Pour penser cette interface, nous proposons une analyse de la situation des comptes rendus ethnographiques d'une réunion réalisé par l'Associação dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA), un événement politique propice à la réflexion sur les actions politico-écologiques du Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PODETUR/NE) dans la macro-région où se trouve laquelle communauté maritime.

Mots-clés: l'écologie politique; la méthode ethnographique; politiques et programmes publics de développement; les communautés maritimes;

Notas

- 1 A comunidade marítima de Tatajuba pertence à comarca distrital do município de Camocim, localizado na costa extremo-oeste do estado do Ceará, a 365 km de Fortaleza. O território onde a vila está assentada fica no litoral leste do município-sede ao qual pertence, distando cerca de 25 km.
- 2 O evento da reunião na Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA) ocorreu na tarde do dia 23 de dezembro de 2010, ocasião em que os associados discutiram algumas iniciativas viáveis à defesa do território frente aos interesses da empresa Brazil Hospitality Group (BHG) de explorar as potencialidades turísticas da localidade por meio de equipamentos do turismo de grande escala.
- 3 O relato consta registrado no diário de campo do pesquisador. As pesquisas foram realizadas sob a supervisão acadêmica da professora Dr.^a Lea Carvalho Rodrigues, àquela época orientadora do autor em bolsa PIBIC/CNPq.
- 4 Como abordado Sztutman (2006), a proposta do etnomapeamento vem sendo trabalhada em maior ou menor grau por populações tradicionais e grupos étnicos brasileiros. Em caso específico, o mapeamento participativo por imagem surge como "uma ferramenta que permite o planejamento e integração de diferentes iniciativas aparentemente desconexas (...) através desta técnica é possível, por exemplo, combinar ações de fiscalização, manejo de recursos florestais, zoneamento de áreas de uso e revigoramento cultural" (Sztutman, 2006, p.4).
- 5 Site do grupo BHG: <http://www.bhg.net/>.
- 6 Para mais informações, consultar <http://www.bnb.gov.br/PRODETUR>.
- 7 CEARÁ assina contrato de financiamento do PRODETUR Nacional. Site Oficial do Ministério do Turismo (Mtur), Brasília, fev. 2011. Disponível em: <http://www.mtur.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2011.
- 8 O Plano Nacional de Turismo (2007-2010) foi criado durante a gestão de Marta Suplicy no Ministério do Turismo (MIT). O plano deu conta do planejamento do turismo nacional nos últimos quatro anos. Vide: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/.

- 9 O Plano Nacional de Turismo (2007-2010) foi criado durante a gestão de Marta Suplicy no Ministério do Turismo (MIT). Atualmente o PNT está na sua segunda fase Para mais informações, vide http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/.
- 10 A ACOMOTA contava, na ocasião, com um recurso de R\$ 40.000,00 referentes a um projeto aprovado junto ao Instituto Terramar (<http://www.terramar.org.br/>), organização que acompanha a associação de moradores desde 2001.
- 11 Dados especulados pelo agente do Programa Saúde da Família (PSF), no ano de 2009, que também é residente de Tatajuba.
- 12 Atualmente, seguem à frente da representação jurídica da ACOMOTA a senhora Marília Passos, do Escritório de Direitos Humanos Frei Tito da Assembleia Legislativa (EFTA), e o senhor Cláudio Silva, Advogado da Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba.